

Sumário

Prefácio	XIII
1 Introdução	1
2 Panorama evolutivo do instituto da falência e recuperação das empresas	9
2.1 Breve perpasso histórico-comparado da falência.....	9
2.2 O Código de Napoleão e seu regramento sobre a falência	15
2.3 O Instituto da falência no Brasil Colônia, Império e República.....	17
2.4 Contexto econômico-social à época da edição da Lei n. 11.101/2005.....	24
2.5 Sistematização das principais mudanças trazidas pela Lei n. 11.101/2005.....	28
2.6 Da concordata à recuperação judicial.....	41
3 A Lei n. 11.101/2005 como busca pela concretização do ideal constitucional	47
3.1 A constitucionalização do direito civil.....	47
3.2 O ideal republicano e a ordem econômica	53
3.3 Aspectos teleológicos da Lei n. 11.101/2005.....	71
3.3.1 Atividade empresarial como ativo social	73
3.3.2 Princípio da função social da empresa: conceito e fundamento	75
3.3.3 Princípio da preservação da empresa: corolário da função social da empresa e arcabouço principiológico do processo falimentar.....	89

4 Interpretando a Lei n. 11.101/2005 à luz do art. 47	99
4.1 Falhas na legislação falimentar: apontamentos e recomendações interpretativas à luz do art. 47	100
4.2 Aplicação do princípio da preservação da empresa pelo Judiciário.....	114
4.3 O caso Varig e a recuperação judicial em números.....	143
4.4 Limites à aplicação do princípio da preservação da empresa	151
Conclusões	153
Referências	161